

# Polêmica do Catetinho está de volta

Governo vai reabrir as discussões sobre a criação do setor, que pode abrigar até 40 mil pessoas. Ministério Público do DF e ambientalistas são contra o projeto habitacional

» HELENA MADER

**A** retomada das discussões sobre o planejamento urbano da capital federal vai trazer de volta uma antiga polêmica: a criação do Setor Habitacional Catetinho. A partir de amanhã, o governo vai começar um processo de atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot). Assim, nos próximos 30 dias, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação vai recolher sugestões da sociedade, de parlamentares e de entidades de Brasília para elaborar o projeto de lei. Entre os temas que devem ser discutidos durante esse prazo, está a implantação do Setor Catetinho, suspensa por determinação da Justiça. O GDF quer promover um amplo debate sobre o assunto e vai colocar frente a frente apoiadores e opositores desse projeto.

O Plano é o instrumento que direciona o crescimento da cidade. É ele que estabelece quais áreas são rurais ou urbanas e que indica quais regiões devem ser adensadas. Pela Lei Orgânica, o Pdot tem que ser revisado a cada 10 anos. A última versão foi aprovada e sancionada em abril de 2009, pelo então governador José Roberto Arruda. Mas, como o texto recebeu mais de 60 emendas dos distritais, o Ministério Público entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, alegando que apenas o Executivo pode legislar sobre questões relacionadas ao uso e ocupação do solo. O Tribunal de Justiça do DF acatou os argumentos e considerou ilegais todos os artigos do Plano propostos por parlamentares.

A criação do Setor Catetinho não constava do projeto de lei elaborado pelo governo local. A ideia de tirar do papel o novo bairro foi incluída pelos distritais por meio de emenda. Por conta disso, o trecho da lei que previa a implementação do novo bairro acabou considerado inconstitucional pela Justiça. A confusão em torno dessa área habitacional foi grande: ambientalistas criticaram a inclusão do Catetinho no Pdot enquanto associações de luta pela moradia brigavam para transformar o setor em realidade.

## Inconstitucional

Desde o início dos debates sobre o Pdot, o MP foi contra o projeto habitacional. A região era classificada como área de preservação de mananciais (APM), por-

Monique Renne/Esp.CB/D.A Press - 5/5/07



Riqueza ambiental: a região classificada como área de preservação de mananciais serve como fonte de captação e abastecimento de água

Ou seja: se o projeto fosse apresentado pelo governo, em vez de ser uma proposta dos distritais, poderia ser considerado legal. É esse debate que o GDF pretende enfrentar agora, antes de decidir se inclui a criação do Setor Catetinho no novo projeto de lei sobre o Pdot, que será enviado ao legislativo local em 60 dias.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Geraldo Magela, diz que essa discussão é "inevitável". Ele pretende fazer reuniões para analisar especificamente a possibilidade de implantação do bairro. "O Setor Catetinho é um local apropriado para a habitação, mas precisamos analisar com cuidado o impacto no abastecimento de água", argumenta. "Quero discutir esse assunto com transparência e sem tabus, reunindo todas as pessoas contra e a favor do projeto", acrescenta.



**Nossa posição quanto a isso é muito firme, não vamos aceitar a criação de um setor habitacional em uma área tão delicada do ponto de vista ambiental!**

**Marta Eliana de Oliveira, promotor de Defesa do Meio Ambiente**

que a Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb) capta água no local para abastecer a cidade. Foi preciso criar uma lei para revogar a existência dessa APM. Mas a legislação também foi alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade, apresentada pelo MP.

Enquanto a decisão que cancelou a criação do Catetinho já

## Onde fica

A área em que pode ser instalado o Setor Catetinho fica às margens da BR-040



Mas não acho que o governo deve alterar outros pontos que não tenham nenhuma relação com a Adin", justifica Marta Eliana.

A área que poderia abrigar o Setor Catetinho tem quase 700 hectares. Dependendo do tipo de ocupação que fosse aprovada, a região teria até 40 mil moradores. Representantes dos movimentos de luta pela moradia pretendem participar do debate. "Além de criar o Setor Catetinho, o governo tem que resolver se o projeto será de interesse social, com residências para a população de classe mais baixa, ou se será um bairro de classe média. Essa é uma definição importante e vamos participar das discussões para cobrar a criação de novas áreas habitacionais", explica o presidente da Organização das Entidades Habitacionais do DF, Antônio Moraes.

## Outros temas

Temas envolvendo a área de transporte, como o traçado do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), serão incluídos nos debates do Pdot. "Há sugestões de mudanças no traçado", afirma o secretário Geraldo Magela. Em vez de sair do aeroporto e seguir pela Avenida W3, o trem leve poderia passar pela Epia e pelo Cruzeiro e seguir pelo Eixo Monumental até o Congresso Nacional.

A criação de um novo aeroporto de cargas no DF, em Planaltina, também pode ser incluída no novo Pdot. "Planaltina é um pouco distante, e a logística seria complicada", comenta Juvenil Menezes, do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do DF.

Para o presidente do Sindicato das Empresas da Construção Civil, Elson Póvoa, as mudanças no plano deveriam se restringir aos artigos julgados inconstitucionais. "O Pdot já foi exaustivamente debatido, foram mais de 100 audiências. Se decidirem refazê-lo, as discussões vão se estender até o fim do governo", argumenta.

## Consulte

Para ter acesso ao Pdot em vigor atualmente e sugerir alterações, basta entrar no site [www.sedhab.df.gov.br](http://www.sedhab.df.gov.br). Todos os comentários serão analisados pelos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.